

EMA E - Empresa
Metropolitana de
Águas e Energia
S.A.

**Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR**



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
EMAЕ - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EMAЕ - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Ativo financeiro da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 - Contratos de concessão. Esse ativo financeiro, no montante de R\$ 46.928 mil em 31 de março de 2017, representa investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração ("RAG"). A Administração da Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativo reversível da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 10, a Companhia mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base no VNR (Valor novo de reposição) pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 4 de junho de 2014 a relação dos investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 275.273 mil a valor líquido contábil. A Administração da Companhia informa que até 31 de março de 2017 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados, tampouco há indicações de perda de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da



Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	6
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
Demonstração do Valor Adicionado	8

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
Balanço Patrimonial Passivo	10
Demonstração do Resultado	11
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstração do Fluxo de Caixa	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	14
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	15
Demonstração do Valor Adicionado	16

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.038.873	1.033.330
1.01	Ativo Circulante	208.754	214.583
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.063	75.162
1.01.03	Contas a Receber	28.879	31.157
1.01.03.01	Clientes	25.255	29.383
1.01.03.01.01	Revendedores	21.032	25.192
1.01.03.01.02	Consumidores	4.223	4.191
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.624	1.774
1.01.03.02.01	Ativo financeiro indenizável	456	0
1.01.03.02.02	Serviços - Canal Pinheiros	3.168	1.774
1.01.04	Estoques	1.967	1.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.935	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.935	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	138	214
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	110.772	106.085
1.01.08.03	Outros	110.772	106.085
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.496	1.537
1.01.08.03.02	Outros Créditos	8.133	8.772
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	227	263
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	90.809	85.141
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	10.107	10.372
1.02	Ativo Não Circulante	830.119	818.747
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	733.857	725.242
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	733.857	725.242
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	12.240	12.326
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	399.872	391.257
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	46.472	46.386
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	275.273	275.273
1.02.02	Investimentos	83.999	80.947
1.02.03	Imobilizado	10.611	10.794
1.02.04	Intangível	1.652	1.764
1.02.04.01	Intangíveis	1.652	1.764

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.038.873	1.033.330
2.01	Passivo Circulante	85.131	87.035
2.01.02	Fornecedores	5.531	4.880
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.531	4.880
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.431	4.724
2.01.05	Outras Obrigações	75.169	77.431
2.01.05.02	Outros	75.169	77.431
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.010	16.010
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	11.738	11.602
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	5.746	5.801
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	170	174
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	29.678	32.784
2.01.05.02.08	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	0	143
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	11.827	10.917
2.02	Passivo Não Circulante	223.316	223.356
2.02.02	Outras Obrigações	92.270	93.885
2.02.02.02	Outros	92.270	93.885
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	75.299	76.914
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	80.614	77.832
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	80.614	77.832
2.02.04	Provisões	50.432	51.639
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.432	51.639
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15	15
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.864	26.363
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	159
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25.553	25.102
2.03	Patrimônio Líquido	730.426	722.939
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	86.345	86.345
2.03.04.01	Reserva Legal	5.295	5.295
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	66.028	66.028
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	15.022	15.022
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.487	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-35.947	-35.947

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	43.344	42.942
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-52.651	-55.344
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-52.651	-55.344
3.03	Resultado Bruto	-9.307	-12.402
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.055	1.399
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.055	1.399
3.04.04.01	Equivalência Patrimonial em Controlada	3.052	1.396
3.04.04.02	Outras Receitas	3	3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.252	-11.003
3.06	Resultado Financeiro	16.522	26.598
3.06.01	Receitas Financeiras	16.788	26.929
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.148	7.548
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	8.640	19.381
3.06.02	Despesas Financeiras	-266	-331
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-266	-331
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.270	15.595
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.783	-7.216
3.08.02	Diferido	-2.783	-7.216
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.487	8.379
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.487	8.379
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,19114	0,21390
3.99.01.02	PN	0,21026	0,23529
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,19114	0,21390
3.99.02.02	PN	0,21026	0,23529

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	7.487	8.379
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-5.343
4.02.01	Ajuste de avaliação atuarial	0	-8.095
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	2.752
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.487	3.036

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.589	-14.758
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.203	-5.575
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	7.487	8.379
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-3.052	-1.396
6.01.01.03	Depreciação/amortização	106	175
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	3.498	1.075
6.01.01.05	Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-392	3.812
6.01.01.06	Tributos diferidos	2.783	7.216
6.01.01.07	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-14.283	-25.402
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	650	566
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.386	-9.183
6.01.02.01	Revendedores e consumidores	4.128	-481
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.894	-1.312
6.01.02.03	Estoques	-2	45
6.01.02.04	Despesas antecipadas	76	94
6.01.02.05	Outras contas a receber	-11	6.329
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-1.043	-6.696
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-8.219	-8.804
6.01.02.08	Fornecedores	844	834
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	-300	286
6.01.02.10	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-815	0
6.01.02.11	Outras contas a pagar	4.564	1.775
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.714	-1.253
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-510	-1.277
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-4	-462
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-542	-937
6.02.03	Recebimento da venda de ativo imobilizado	36	122
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.099	-16.035
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.162	44.388
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	63.063	28.353

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.487	0	7.487
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.487	0	7.487
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	86.345	7.487	-35.947	730.426

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.379	-5.343	3.036
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.379	0	8.379
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.343	-5.343
5.05.02.06	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	-5.343	-5.343
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	8.379	35.535	763.743

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	48.381	47.228
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	48.210	46.848
7.01.02	Outras Receitas	161	3
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	660	943
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-650	-566
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.750	-24.272
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.779	-19.934
7.02.04	Outros	29	-4.338
7.03	Valor Adicionado Bruto	30.631	22.956
7.04	Retenções	-106	-175
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-106	-175
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.525	22.781
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.200	8.944
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.052	1.396
7.06.02	Receitas Financeiras	8.148	7.548
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	41.725	31.725
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	41.725	31.725
7.08.01	Pessoal	22.225	20.003
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.477	18.824
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.748	1.179
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.665	21.131
7.08.02.01	Federais	14.041	18.825
7.08.02.03	Municipais	2.624	2.306
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-4.652	-17.788
7.08.03.01	Juros	266	331
7.08.03.02	Aluguéis	224	187
7.08.03.03	Outras	-5.142	-18.306
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-5.142	-18.306
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.487	8.379
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.487	8.379

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.130.091	1.125.762
1.01	Ativo Circulante	219.332	222.288
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.319	80.279
1.01.03	Contas a Receber	32.489	35.176
1.01.03.01	Clientes	28.865	33.402
1.01.03.01.01	Revendedores	24.642	29.211
1.01.03.01.02	Consumidores	4.223	4.191
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.624	1.774
1.01.03.02.01	Ativo financeiro indenizável	456	0
1.01.03.02.02	Serviços - Canal Pinheiros	3.168	1.774
1.01.04	Estoques	1.967	1.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.935	11
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.935	11
1.01.07	Despesas Antecipadas	225	214
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	109.397	104.643
1.01.08.03	Outros	109.397	104.643
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.496	1.552
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.758	7.315
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	227	263
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	90.809	85.141
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	10.107	10.372
1.02	Ativo Não Circulante	910.759	903.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	739.387	730.859
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	739.387	730.859
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	15.865	15.806
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	399.872	391.257
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	46.472	46.386
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	275.273	275.273
1.02.01.09.07	GSF	1.905	2.137
1.02.02	Investimentos	1.390	1.390
1.02.03	Imobilizado	168.330	169.461
1.02.04	Intangível	1.652	1.764
1.02.04.01	Intangíveis	1.652	1.764

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.130.091	1.125.762
2.01	Passivo Circulante	92.969	94.413
2.01.02	Fornecedores	5.807	5.084
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.807	5.084
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.566	4.880
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.994	6.671
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.994	6.671
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.994	6.671
2.01.05	Outras Obrigações	75.602	77.778
2.01.05.02	Outros	75.602	77.778
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.010	16.010
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	11.738	11.602
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	5.751	5.806
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	186	190
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	29.678	32.784
2.01.05.02.08	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	85	143
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	12.154	11.243
2.02	Passivo Não Circulante	306.696	308.410
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	83.380	85.054
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	83.380	85.054
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	83.380	85.054
2.02.02	Outras Obrigações	92.270	93.885
2.02.02.02	Outros	92.270	93.885
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	75.299	76.914
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	80.614	77.832
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	80.614	77.832
2.02.04	Provisões	50.432	51.639
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.432	51.639
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15	15
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.864	26.363
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	159
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25.553	25.102
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	730.426	722.939
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	86.345	86.345
2.03.04.01	Reserva Legal	5.295	5.295
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	66.028	66.028
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	15.022	15.022
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.487	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-35.947	-35.947

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	50.682	49.259
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-54.841	-58.027
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-54.841	-58.027
3.03	Resultado Bruto	-4.159	-8.768
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3	3
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3	3
3.04.04.01	Outras Receitas	3	3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.156	-8.765
3.06	Resultado Financeiro	14.784	24.681
3.06.01	Receitas Financeiras	17.126	27.209
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.486	7.828
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	8.640	19.381
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.342	-2.528
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.342	-2.528
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.628	15.916
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.141	-7.537
3.08.01	Corrente	-358	-321
3.08.02	Diferido	-2.783	-7.216
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.487	8.379
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	7.487	8.379
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.487	8.379
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,19114	0,21390
3.99.01.02	PN	0,21026	0,23529
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,19114	0,21390
3.99.02.02	PN	0,21026	0,23529

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	7.487	8.379
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-5.343
4.02.01	Ajuste de avaliação atuarial	0	-8.095
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	2.752
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.487	3.036
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.487	3.036

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.753	-13.093
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.884	-1.003
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	7.487	8.379
6.01.01.02	Depreciação/amortização	1.090	1.159
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	3.498	1.075
6.01.01.04	Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-392	3.812
6.01.01.05	Tributos diferidos	2.783	7.216
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	650	566
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos	2.051	2.192
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-14.283	-25.402
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.637	-12.090
6.01.02.01	Revendedores e consumidores	4.537	-743
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.868	-1.357
6.01.02.03	Estoques	-2	45
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-11	94
6.01.02.05	Outras contas a receber	139	6.581
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-1.188	-6.630
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-8.219	-8.804
6.01.02.08	Fornecedores	912	860
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	-236	280
6.01.02.10	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-815	0
6.01.02.11	Outras contas a pagar	4.787	1.091
6.01.02.12	Juros pagos com empréstimos	-1.737	-1.846
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.936	-1.661
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-542	-1.341
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-36	-526
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-542	-937
6.02.03	Recebimento da venda de ativo imobilizado	36	122
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.665	-1.653
6.03.01	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-1.665	-1.653
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.960	-16.087
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.279	50.145
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.319	34.058

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939	0	722.939
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939	0	722.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.487	0	7.487	0	7.487
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.487	0	7.487	0	7.487
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	86.345	7.487	-35.947	730.426	0	730.426

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.379	-5.343	3.036	0	3.036
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.379	0	8.379	0	8.379
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.343	-5.343	0	-5.343
5.05.02.06	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	-5.343	-5.343	0	-5.343
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	8.379	35.535	763.743	0	763.743

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	56.050	53.884
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	55.844	53.440
7.01.02	Outras Receitas	161	3
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	695	1.007
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-650	-566
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.967	-26.018
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.918	-21.656
7.02.04	Outros	-49	-4.362
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.083	27.866
7.04	Retenções	-1.090	-1.159
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.090	-1.159
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	35.993	26.707
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.486	7.828
7.06.02	Receitas Financeiras	8.486	7.828
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	44.479	34.535
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	44.479	34.535
7.08.01	Pessoal	22.225	20.004
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.477	18.825
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.748	1.179
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.335	21.744
7.08.02.01	Federais	14.711	19.437
7.08.02.03	Municipais	2.624	2.307
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-2.568	-15.592
7.08.03.01	Juros	2.342	2.528
7.08.03.02	Aluguéis	232	186
7.08.03.03	Outras	-5.142	-18.306
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-5.142	-18.306
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.487	8.379
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.487	8.379

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE”, ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, vem buscando desenvolver novos empreendimentos de geração de energia elétrica. Para tanto, realizou três chamadas públicas com o objetivo de selecionar potenciais parceiros para implantação de empreendimentos de geração térmica e fotovoltaica. No exercício, foi dado início ao desenvolvimento dos estudos de pré viabilidade ambiental da chamada pública nº. 1/2015 para implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área de propriedade da EMAE e o lançamento da chamada pública nº. 1/2016 para o cadastro de interessados em oportunidades de negócios de geração de energia a partir de fontes renováveis e, em seguida, a publicação da etapa específica para seleção de parceiros interessados em desenvolver empreendimento fotovoltaico em terreno de propriedade da EMAE localizado nas imediações da Barragem de Edgard Souza. Além das chamadas públicas, a Companhia continua desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as Companhias com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

A Receita Anual de Geração foi calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária. Conforme a Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. De acordo com a Subcláusula Décima Segunda da mesma, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH, serão cobrados pela ANEEL e serão ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção das cotas.

Além disso, o novo modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Companhia, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termoelétrica Piratininga ("UTE Piratininga") em 27/04/2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"). O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa nº 1.218, de 22/01/2008. Esse contrato continha algumas condições suspensivas, as quais foram cumpridas em 21/05/2008, tornando o contrato efetivo a partir dessa data. Vide nota explicativa nº 5.

A EMAE foi autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de Companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Controlada Pirapora Energia S.A. ("Pirapora")

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24/06/2008, estabeleceu o prazo de vigência da autorização em 30 anos, contados a partir da data de publicação desta resolução. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014.

Em 19.12.2014, mediante Despacho nº 4.867/2014, a ANEEL liberou a operação em teste das duas unidades geradoras da PCH. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nºs 4.951/2014 de 30.12.2014, e 4.955/2014 de 31.12.2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico da unidade geradora - UG2, foi determinado pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também, a existência de problemas nas pás do rotor. Fato que tornou necessária a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

Ambas as paralisações foram comunicadas tempestivamente a ANEEL, BNDES e ARSESP. Análises e laudos realizados indicaram que a recuperação definitiva das máquinas exige alterações de projeto e troca de todas as pás. O retorno em operação das máquinas está previsto para ocorrer nas seguintes datas:

<u>Atividade:</u>	<u>Data prevista:</u>	<u>Data realizada</u>
Retorno provisório de uma UG	20/11/2016	25/11/2016
Retorno definitivo UG01	08/2017	-
Retorno definitivo UG02	07/2017	-

Em 9 de novembro de 2016, a ANEEL emitiu Ofício nº 565/2016-SFG/ANEEL para a Pirapora sobre a análise da condição de sua operação comercial, em virtude do fato que, em princípio, suas unidades geradoras não estariam disponíveis. A Administração da Pirapora protocolou suas justificativas e argumentos dentro do prazo estipulado no referido ofício. Em 21 de dezembro de 2016, a Pirapora recebeu Ofício nº 652/2016-SFG/ANEEL, no qual a ANEEL informa sua conclusão pela não suspensão da operação comercial da PCH Pirapora

A energia gerada pela Pirapora é comercializada através de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios. Em 01.01.2015 tiveram início os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras. Esses contratos são provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30.07.2010. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a permissão termine antes do término do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/2009, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica, referido no par. 7º- A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogado, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Dessa forma, é entendimento da Pirapora que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria realizada em 9 de maio de 2017. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterar as demonstrações contábeis.

2.2 Moeda funcional

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão apresentados em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas, a Administração, com base nas informações disponíveis à época, definiu premissas com base no seu melhor julgamento dessas informações e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir dessas estimativas realizadas, em função novos eventos ocorridos ou informações disponibilizadas após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos estejam disponíveis os valores estimados são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 5 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento
 Nota explicativa 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
 Nota explicativa 7 - Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos
 Nota explicativa 9 - Ativo financeiro indenizável
 Nota explicativa 10 - Ativo reversível da concessão
 Nota explicativa 12 - Imobilizado
 Nota explicativa 14 - Entidade de previdência a empregados
 Nota explicativa 15 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários
 Nota explicativa 22 - Instrumentos financeiros.

2.4 Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.5 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia, coordenada pelo seu Diretor Presidente, realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada considerando um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não estão sendo apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são as mesmas que as apresentadas na Demonstração do Resultado.

2.6 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2016.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.03.17</u>	<u>31.12.16</u>
Caixa e bancos conta movimento.....	214	183	1.102	1.249
Aplicações financeiras (a).....	62.849	74.979	70.217	79.030
	<u>63.063</u>	<u>75.162</u>	<u>71.319</u>	<u>80.279</u>

(a) A Companhia aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 1,06 % ao mês no período findo em 31 de março de 2017 e 0,9030% ao mês no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 .

4. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.12.16	31.03.17	31.12.16
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	21.032	25.192	24.642	29.211
b) Fornecimento				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	4.223	4.191	4.223	4.191

5. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato. O Arrendamento possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008, cujo prazo de concessão encerrou-se em 07 de julho de 2015.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com a transferência da concessão para a Baixada Santista Energia ("BSE"), coube a esta requerer, como de fato requereu, a renovação junto à ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente, em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 07 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido de renovação. Aguarda-se, portanto, a manifestação do Poder Concedente sobre este requerimento, a qual até a data de aprovação destas demonstrações contábeis continuava em processo de análise.

O valor líquido contábil dos ativos relacionados ao Arrendamento seria de R\$ 85.034 em 31 de março de 2017 (R\$ 86.464 em 31 de dezembro de 2016), caso tivessem sido mantidos no ativo imobilizado e depreciados até essa data. A Administração elaborou uma estimativa do valor dos ativos, no caso de não renovação da concessão, para determinar o possível montante a ser indenizado pelo Poder Concedente, conforme estabelece a cláusula décima primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga. A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado, em caso de não renovação da concessão, se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga, na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado		
	Saldo 31.12.16	Encargos Financeiros	Saldo 31.03.17
ATIVO			
Circulante.....	85.141	5.668	90.809
Não Circulante.....	391.257	8.615	399.872
	476.398	14.283	490.681

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.17	31.12.16
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a)	(102.539)	(108.207)
Varição monetária.....	397.726	389.111
Recebimentos.....	(569.506)	(569.506)
	490.681	476.398

(a) Refere-se a variação monetária aplicada sobre o saldo remanescente do contrato de arrendamento, a ser realizado no recebimento das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas do não circulante a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Não circulante	
2018	64.927
2019.....	62.134
2020.....	59.462
2021.....	56.904
2022.....	54.457
De 2023 até 2024.....	101.988
	399.872

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017, foi deliberada a celebração de acordo entre a EMAE e a Baixada Santista Energia, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A., para revisão do modelo de negócio vigente com a EMAE relativo ao arrendamento da UTE Piratininga, aprovando os itens: a) Termo de Transação Extrajudicial (“Termo”) entre a EMAE e Petrobras, com o pagamento de indenização no valor de R\$ 180 milhões, em seis parcelas semestrais de R\$ 30 milhões, corrigidas pelo IGPM; b) Distrato do Contrato de Arrendamento celebrado entre a EMAE e Petrobras; c) Distrato do Contrato de Operação e Manutenção da UTE Piratininga; d) Contrato de Locação do terreno da Usina Termoelétrica Fernando Gasparian à Petrobras, por 14 (quatorze) anos, pelo aluguel de R\$ 1,5 milhão por semestre, corrigido pelo IPCA; e) Contrato de Industrialização por encomenda de vapor, por 60% (sessenta por cento) da receita, com teto de R\$ 104 milhões por ano para a EMAE. As deliberações acima atendem as condições de eficácia dos instrumentos neles referidos, restando agora, para efetivação da transação, o suprimento das condições operacionais e regulatórias, conforme o divulgado no Fato Relevante, as quais se caracterizam como suspensivas para a eficácia do objeto principal do Termo, quais sejam:

1 - emissão de outorga de captação de água em nome da EMAE, em volume suficiente para a produção de vapor pela Petrobras;

2 - assinatura de contrato de locação de terreno onde está localizada a UTE FEG, a ser firmado entre EMAE e Petrobras;

3 - assinatura de contrato de industrialização por encomenda de vapor, a ser firmado entre EMAE e Petrobras;

4 - prorrogação e transferência da Concessão para exploração da UTE Piratininga para a EMAE por um prazo mínimo de 3 (três) anos, contados a partir da assinatura da presente transação.

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.12.16	31.03.17	31.12.16
Circulante				
Serviços em curso (a).....	2.778	2.738	2.643	2.521
Bens destinados a conserto (b).....	4.887	5.772	4.887	5.772
Dividendos a receber de controlada (c).....	2.168	2.168	-	-
Valores a receber - Energia Livre (d).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (e).....	14.688	13.832	14.688	13.832
GSF Pirapora energia (f).....	-	-	928	928
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.532)	(19.882)	(20.532)	(19.882)
	<u>8.133</u>	<u>8.772</u>	<u>6.758</u>	<u>7.315</u>
Não Circulante				
GSF Pirapora energia (f).....	-	-	1.905	2.137
	<u>8.133</u>	<u>8.772</u>	<u>8.663</u>	<u>9.452</u>

a - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;

b - Referem-se a saídas de bens que se encontram em estabelecimento de terceiro para conserto;

c - Refere-se aos dividendos obrigatórios a receber durante o ano de 2017 de sua controlada;

d - Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;

e - Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo,

f - GSF Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Empresa a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015.

Por meio do Ofício "OF/A/023/2016" de 28 de janeiro de 2016, o pleito foi encaminhado para a ANEEL, optando pela repactuação do risco hidrológico pela classe de produto SP100.

Em 25 de janeiro de 2016, por meio do Despacho nº 189, a ANEEL resolve anuir conforme Termo de Repactuação nº 92/2016, que tornou eficaz com a renúncia do direito de discutir o assunto em qualquer esfera judicial, arbitral ou administrativa.

A crise hídrica, de forma geral, afetou a produção das empresas geradoras. Para suprir os contratos regulados, a empresa adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação esses custos foram convertidos em ativo regulatório e o montante foi elevado para R\$ 4.702.

O referido Ativo Regulatório, até seu exaurimento, será utilizado no pagamento do prêmio correspondente ao produto SP100, na ordem de R\$ 1.331/ano.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

7.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	10.270	15.595	10.628	15.916	10.270	15.595	10.628	15.916
Aliquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(2.568)	(3.899)	(2.657)	(3.979)	(924)	(1.404)	(957)	(1.432)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(1.280)	(1.912)	(1.280)	(1.912)	(461)	(688)	(461)	(688)
Arrendamento UTP.....	3.571	6.350	3.571	6.350	1.286	2.286	1.286	2.286
Outros.....	1.692	2.310	686	2.310	609	832	609	832
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão								
Provisões diversas.....	(867)	(1.089)	139	(1.089)	(312)	(392)	(312)	(392)
Outros (PAT, incentivos).....	-	201	-	(14)	-	72	-	(34)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	(2.594)	(7.267)	(2.745)	(7.187)	(935)	(2.616)	(1.020)	(2.588)
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(2.046)	(5.306)	(2.286)	(5.521)	(737)	(1.910)	(855)	(2.016)
Corrente.....	-	-	(240)	(215)	-	-	(118)	(106)
Diferido.....	(2.046)	(5.306)	(2.046)	(5.306)	(737)	(1.910)	(737)	(1.910)
Aliquota efetiva.....	20%	34%	22%	35%	7%	12%	8%	13%

7.2 Composição dos saldos - Parte B do LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31.03.17	31.12.16	31.03.17	31.12.16
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	16.469	15.602	-	-
Prejuízos fiscais (b).....	56.781	53.665	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	103.124	99.196
Obrigações fiscais diferidas RAG (d).....	-	-	1.006	2.013
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	-	-	(13.616)	(13.616)
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	5.929	5.617	-	-
Prejuízos fiscais (b).....	15.120	13.999	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	37.125	35.710
Obrigações fiscais diferidas RAG (d).....	-	-	362	724
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	-	-	(4.902)	(4.902)
	94.299	88.883	123.099	119.125
Provisão para créditos tributários (f).....	(94.299)	(88.883)	(42.485)	(41.293)
	-	-	80.614	77.832

- Referem-se ao registro, até 31 de março de 2017, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis;
- Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013;
- Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 5);

- d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ajuste da RAG.
- e) Refere-se à passivo fiscal diferido sobre a Reserva de Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- f) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c). A Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. Em 31 de março de 2017 os montantes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social totalizam R\$ 227.125 (R\$ 214.660 em 31 de dezembro 2016) e R\$ 168.004 (R\$ 155.539 em 31 de dezembro 2016), respectivamente.

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.12.16	31.03.17	31.12.16
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	10.107	10.372	10.107	10.372
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	12.240	12.326	15.865	15.806
	<u>22.347</u>	<u>22.698</u>	<u>25.972</u>	<u>26.178</u>

- a) R\$ 2 referente a limpeza da calha do Rio Pinheiros (R\$ 125 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 366 (R\$ 783 em 31 de dezembro de 2016) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 9.739 (R\$ 9.464 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a depósitos restritos.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais;

9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Nesta conta estão classificados os investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31/12/2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário. Esses valores estão registrados a custo histórico em razão de não haver regulamentação sobre eventual atualização monetária.

A Administração da Companhia informa que os investimentos feitos após a renovação contratual são de caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL para serem incluídos na base de remuneração.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”, portanto mensurando esse ativo ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável. Essas modificações poderão gerar eventuais ganhos ou perdas no valor do custo amortizado do ativo, os quais serão ajustados no resultado.

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016....	46.386
Adições (a).....	656
Baixas (b).....	(114)
Saldo em 31 de março de 2017.....	46.928

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Circulante.....	456	-
Não Circulante.....	46.472	46.386
	46.928	46.386

(a) As adições do período referem-se aos investimentos realizados nas usinas para a manutenção e operação da mesmas que serão indenizadas pela ANEEL, durante os próximos reajuste da RAG.

(b) QRR - Quota de reintegração regulatória - Corresponde a uma parcela do ressarcimento do investimento realizado pelo concessionário que é calculado pela ANEEL, e divulgado no evento do reajuste tarifário.

Do montante total do Ativo financeiro indenizável, a Companhia submeteu aproximadamente R\$ 27.000 para análise inicial da ANEEL, dos quais aproximadamente R\$ 6.000 foram reconhecidos na RAG 2015/2016 e o restante foram reconhecidos na RAG 2016/2017. O montante de R\$ 19.956 será submetido para a ANEEL à medida que as obras de infraestrutura correspondentes forem concluídas.

10. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

“Art. 2º - Deverão ser submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL até 31 de dezembro de 2013, na forma definida pela Agência, as informações complementares, excetuando o projeto básico do empreendimento previsto no art, 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, necessárias para o cálculo da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou não depreciados, dos empreendimentos de geração.

§ 1º A ANEEL fiscalizará os valores de que trata este artigo, com vistas, a critério do poder concedente, à indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, neste caso incorporados quando dos processos tarifários”.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Essa manifestação foi feita em conformidade com o art. 4º da Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo:

“Art. 4º As concessionárias alcançadas por esta resolução deverão, até 31 de dezembro de 2013, manifestar interesse no recebimento do valor complementar relativo à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, e não indenizados.

§ 1º A concessionária que manifestar interesse, nos termos do caput, deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do protocolo da manifestação, comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º desta resolução.”

A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL, em 4 de junho de 2014, a relação dos investimentos realizados em ativos reversíveis a serem indenizados, e a correspondente documentação comprobatória. Os ativos reversíveis montam o valor de R\$ 275.273, a valor líquido contábil. Os bens reversíveis conforme acima apurados pela administração são conforme segue:

	31.03.2017
Complexo UHE Henry Borden	203.659
Usina Porto Góes	7.299
Usina Rasgão	6.255
Usina Edgar de Souza	56.006
Usina Isabel	2.054
	275.273

A Administração da Companhia informa que até 31/03/2017 não houve manifestação da ANEEL no tocante ao pleito de indenização efetuado. A Administração da Companhia elaborou um estudo de forma preliminar para determinar o valor novo de reposição desses ativos e identificou um valor superior ao valor do custo contábil, por isso nenhuma provisão foi reconhecida, adicionalmente esses ativos não vêm sendo depreciados desde 31 de dezembro de 2012. Todavia, quando da homologação dos valores, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e, caso aplicável, realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

11. INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.12.16	31.03.17	31.12.16
Pirapora Energia S.A.....	82.609	79.557	-	-
Outros.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Total.....	83.999	80.947	1.390	1.390
	31.03.17	31.12.16		
Ativo.....	176.131	174.515		
Passivo.....	93.522	94.958		
Patrimônio Líquido.....	82.609	79.557		
	31.03.17	31.03.16		
Lucro do Período.....	3.052	1.396		

12. IMOBILIZADO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está representada por:

Controladora	Saldo em	Adições	Transferência	Depreciação	Saldo em
	31.12.16		Ativo financeiro	do período	31.03.17
Em serviço					
Terrenos.....	6.712	-	-	-	6.712
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.080	-	-	(18)	1.062
Máquinas e Equipamentos.....	1.340	-	-	(86)	1.254
Veículos.....	135	-	-	-	135
Móveis e Utensílios.....	71	4	14	-	89
Subtotal.....	9.338	4	14	(104)	9.252
Em curso.....	455	-	(97)	-	358
Adiantamento a fornecedores.....	1.001	-	-	-	1.001
Total Controladora.....	10.794	4	(83) (*)	(104)	10.611

* Valor transferido para o Ativo Financeiro Indenizável

Consolidado	Saldo em	Adições	Transferência	Depreciação	Saldo em
	31.12.16		Ativo financeiro	do período	31.03.17
Em serviço					
Terrenos.....	6.712	-	-	-	6.712
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	48.725	-	-	(256)	48.469
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	48.806	-	-	(252)	48.554
Máquinas e Equipamentos.....	63.554	32	-	(543)	63.043
Veículos.....	135	-	-	-	135
Móveis e Utensílios.....	73	4	14	(1)	90
Subtotal.....	168.005	36	14	(1.052)	167.003
Em curso.....	455	(32)	(97)	-	326
Adiantamento a fornecedores.....	1.001	-	-	-	1.001
Total consolidado.....	169.461	4	(83) (*)	(1.052)	168.330

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais e consecutivas, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a. Tal valor representou aproximadamente 60% do valor do investimento relativo à construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). O vencimento final do contrato ocorrerá em 15/09/2030.

Em 31 de março de 2017, o valor total atualizado do financiamento era de R\$ 90.374, sendo R\$ 6.994 classificados como passivo circulante e R\$ 83.380 como passivo não circulante (R\$ 6.671 e R\$ 85.054, respectivamente em 31 de dezembro de 2016).

O contrato contém cláusulas restritivas com limites qualitativos e quantitativos. Em 31 de março de 2017, a Companhia atendeu plenamente aos termos das cláusulas restritivas com limites qualitativos.

Os limites quantitativos das cláusulas restritivas são calculados anualmente, conforme previsto no contrato de financiamento da controlada Pirapora Energia S.A., e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram atendidas plenamente.

	Consolidado				31.03.17
	31.12.16				
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Saldo
Circulante e Não Circulante					
Financiamento BNDES.....	91.725	2.051	(1.665)	(1.737)	90.374

14. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

14.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

	Controladora e Consolidado				
	31.12.16	31.03.17			
		Amortização	Despesa	ORA	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	109.698	(8.219)	3.498	-	104.977

Detalhes adicionais do plano de benefício estão descritos na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2016.

14.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumento jurídico formalizado em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas), que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” - BSPS. Esse contrato prevê a amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, com atualização pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2016 foi assinado um aditivo prorrogando o vencimento do contrato para março de 2020.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantia para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 31 de março de 2017, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença entre as metodologias e premissas utilizadas pela EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

		Controladora e Consolidado			
		31.03.17		31.12.16	
Credor	Objeto	Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, BD e CV.....	29.678	10.589	40.267	44.988
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	64.710	64.710	64.710
		<u>29.678</u>	<u>75.299</u>	<u>104.977</u>	<u>109.698</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

15.1 Processos com probabilidade de perda provável

	31.12.16		31.03.17		
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	9.409	187	-	-	9.596
Diversas.....	16.954	-	(872)	(815)	15.267
	<u>26.363</u>	<u>187</u>	<u>(872)</u>	<u>(815)</u>	<u>24.863</u>
Cíveis.....	<u>25.102</u>	<u>452</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.554</u>
Tributárias.....	15	-	-	-	15
Administrativo.....	159	-	(159)	-	-
	<u>51.639</u>	<u>639</u>	<u>(1.031)</u>	<u>(815)</u>	<u>50.432</u>

Periculosidade

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos, houve, em pequena parcela, reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo os mais relevantes descritos a seguir:

Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado “alívio de exposição” relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 09 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, ao qual foram opostos pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável sendo o total da causa, em 31 de março de 2017, de R\$ 21.697 (R\$ 21.308 em 31 de dezembro de 2016).

15.2 Processos com probabilidade de perda possível

Em 31 de março de 2017, os processos nas suas diferentes espécies, avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro de perda possível, estão demonstrados a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.03.17	31.12.16
Administrativo.....	867	849
Ambiental	72.140	70.759
Cível.....	22.117	21.794
Trabalhista.....	15.987	15.665
Tributária.....	742	729
	<u>111.853</u>	<u>109.796</u>

Ambiental

Obrigação judicial de remoção do lodo da flotação em processo movido pelo Ministério Público. Não houve variações relevantes durante esse trimestre.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de março de 2017, sendo o total da causa de R\$ 72.086 (R\$ 70.705 em 31 de dezembro de 2016).

Trabalhista

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que se caracterizam por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

Cível

O processo mais relevante refere-se a ação originada pela Fundação CESP - na qual trata de ação visando a condenação da Companhia no pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito exordial, porém o processo encontra-se em fase de recursos.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de março de 2017, sendo o total da causa de R\$ 14.389 (R\$ 14.198 em 31 de dezembro de 2016).

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

16.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 31 de março de 2017 a Companhia possui um saldo a receber R\$ 234 (R\$ 418 em 31 de dezembro de 2016) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

16.2 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A Companhia é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica. A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, e, em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à companhia de energia pela perda energética e a submissão de eventuais divergências entre as partes à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

A Companhia ao longo dos últimos anos vem tentando estabelecer um acordo administrativo junto à Sabesp para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Com a frustração das tentativas administrativas de solução amigável, a Companhia propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento. Em seguida, em 14/11/2012, a Companhia propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com o ente antecessor da SABESP, para tratar da compensação relacionada às captações realizadas no Reservatório Guarapiranga e, em 28/02/2013, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da Companhia e determinando providências para o imediato início da arbitragem. Em 30/04/2013, a Companhia apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM (“Procedimento Arbitral”).

Em 04/09/2013, a Companhia protocolizou a petição inicial da ação judicial visando à compensação das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings (“Ação Billings”). Em 07/10/2013, foi publicada decisão em que o Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central determinou a remessa dos autos da Ação Billings para a 5ª Vara Cível daquele mesmo foro, por entender haver identidade de partes e causa de pedir com o processo nº 0064069- 18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível daquele mesmo Foro, onde o processo se encontra atualmente.

Desde 2014, conforme comunicado ao mercado emitido em 10 de abril daquele ano, a Companhia vem negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitam na esfera judicial e arbitral. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças (“Instrumento”) para o encerramento de todos os seguintes litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

- 1) Ação de Instituição de Compromisso Arbitral nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, ora em fase de apelação (Ação de Instituição da Arbitragem);
- 2) Procedimento Arbitral nº 069/2013, em trâmite perante o Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil - São Paulo - Amcham, (Procedimento Arbitral);
- 3) Ação Ordinária nº 1064876-84.2013.8.26.0100, em trâmite perante a 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo - Capital (Ação Billings); e
- 4) Ação Cautelar de Exibição de Documentos nº 019598-24.2013.8.26.0053, proposta pela SABESP contra a EMAE perante a 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo (Exibição de Documentos)

Esse Instrumento determina o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130 distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais sucessivas de R\$ 6.610, corrigidos monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

A Cláusula Segunda do Instrumento estabelece como condições suspensivas para sua eficácia (i) a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), nos termos da legislação vigente, que foi aprovada pela ANEEL no dia 30 de dezembro de 2016 por meio do despacho 3.431, (ii) a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, (iii) a deliberação da Assembleia Geral da EMAE e a (iv) aprovação dos órgãos societários competentes da Sabesp. Essas condições suspensivas tem prazo de 1 ano para sua implementação, a contar da data de assinatura do Instrumento em 28 de outubro de 2016.

Em 9 de novembro de 2016, O Conselho de Administração da Emae aprovou a transação com a Sabesp.

Em 10 de novembro de 2016, Foi o Conselho de Administração da Sabesp que aprovou a transação com a Emae.

Por meio do Despacho nº 3.4.31, de 30 de dezembro de 2016, a ANEEL , decidiu anuir ao Instrumento Particular de Transação e outras Avenças .

Cabe destacar que para eficácia do acordo, a transação será submetida à deliberação da Assembléia Geral da Emae, cuja data ainda não está agendada.

O registro dos valores a receber decorrentes dessa transação será realizado por ocasião do atendimento de todas as condições suspensivas e consequente efetivação do Instrumento, à luz das disposições contidas no CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Caso qualquer das Condições Suspensivas não se implemente no prazo de até 01 (um) ano, a contar da assinatura da avença, a Transação resolver-se-á de pleno direito, não surtindo nenhum efeito e considerando-se como jamais celebrada. A não implementação de qualquer uma das condições suspensivas permite que seja requerido o prosseguimento dos Litígios isoladamente por qualquer das Partes, após notificação prévia da outra Parte.

16.3 Prestação de Serviço EMAE para PIRAPORA

A Companhia no ano de 2016 iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a Pirapora referente à PCH Pirapora. O prazo para prestação dos serviços é de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., podendo ser prorrogado, a critério das partes. No período findo em 31 de março de 2017 a Companhia reconheceu em seu resultado uma receita de prestação de serviço no valor de R\$ 470 (R\$ 936 em 31 de março de 2016).

16.4 Serviços canal Pinheiros

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional. Esses gastos são ativados em conta específica do balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a prestação de contas e a aprovação dos gastos, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 31 de março de 2017, o saldo a receber é de R\$ 3.168 (R\$ 1.774 em 31 de dezembro de 2016).

16.5 Cessão de Empregados

Refere-se a cessão de empregados, mediante ressarcimento à Secretaria de Energia e Mineração, Gestão Pública, Saneamento, Justiça, Casa Civil e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 31 de março de 2017, o saldo a receber é de R\$ 14.688 (R\$ 13.832 em 31 de dezembro de 2016).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de março de 2017 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ (Custodiada na BM&F BOVESPA)...	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETRORÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.265.633	10,19	2.265.633	6,13
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETOPAR - ELETRORÁS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	547.200	2,46	547.200	1,48
Outros.....	-	-	2.748.262	12,35	2.748.262	7,44
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

Durante o período findo em 31 de março de 2017 não houve emissão ou agrupamento de ações.

17.2 Lucro por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	31.03.17		31.03.16	
Lucro do período	R\$	7.487	R\$	8.379
Número de ações ordinárias.....		14.705.370		14.705.370
Número de ações preferenciais.....		22.241.714		22.241.714
Total.....		<u>36.947.084</u>		<u>36.947.084</u>
Lucro por ação básico e diluído				
Ação Ordinária.....	R\$	0,19114	R\$	0,21390
Ação Preferencial.....	R\$	0,21026	R\$	0,23529

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

18.1 Conciliação da receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia.....	1.355	3.102	1.355	3.102
Cotas de energia elétrica	42.881	40.140	42.881	40.140
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	8.055	7.528
Suprimento de energia - comercializadores.....	865	-	865	-
Energia de curto prazo - CCEE.....	202	118	251	118
Renda da prestação de serviços.....	2.446	3.368	1.976	2.432
Outras receitas.....	461	120	461	120
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	656	943	656	943
	<u>48.866</u>	<u>47.791</u>	<u>56.500</u>	<u>54.383</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(4.094)	(3.616)	(4.337)	(3.842)
PIS sobre receitas operacionais.....	(884)	(782)	(937)	(831)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(118)	(97)	(118)	(97)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(426)	(354)	(426)	(354)
	<u>(5.522)</u>	<u>(4.849)</u>	<u>(5.818)</u>	<u>(5.124)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	43.344	42.942	50.682	49.259

18.2 Energia Elétrica Vendida

	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$ mil		MWh		R\$ mil	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Fornecimento (a)								
Fornec. de energia para consumidores livres.....	6.483	12.732	1.355	3.102	6.483	12.732	1.355	3.102
Cotas de Garantia Física								
Cotas de energia elétrica.....	321.130	319.795	42.881	40.140	321.130	319.795	42.881	40.140
Suprimento								
Leilão.....	-	-	-	-	34.704	35.369	8.055	7.528
Comercializadores.....	8.644	-	865	-	8.644	-	865	-
Câmara de Comerc. de E. Elétrica - CCEE (b)								
Energia de curto prazo.....	-	-	202	118	-	-	251	118
Total.....	336.257	332.527	45.303	43.360	370.961	367.896	53.407	50.888

18.3 Renda de Prestação de Serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Petrobras (UTE's).....	1.286	1.952	1.286	1.952
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	690	480	690	480
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (Nota 16.3).....	470	936	-	-
	<u>2.446</u>	<u>3.368</u>	<u>1.976</u>	<u>2.432</u>

19. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

19.1 Controladora

CONTROLADORA	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.108)	(2.098)	-	-	(2.108)	(2.098)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.066)	(1.139)	-	-	(1.066)	(1.139)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(2.046)	(3.440)	-	-	(2.046)	(3.440)
Pessoal.....	(25.877)	(23.288)	-	-	(25.877)	(23.288)
Material.....	(859)	(845)	-	-	(859)	(845)
Serviço de terceiros.....	(13.085)	(14.910)	-	-	(13.085)	(14.910)
Depreciação e amortização.....	(106)	(175)	-	-	(106)	(175)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	392	(4.409)	-	-	392	(4.409)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(656)	(937)	-	-	(656)	(937)
Previdência Privada.....	(3.498)	(1.075)	-	-	(3.498)	(1.075)
Outras.....	(3.742)	(3.028)	3	3	(3.739)	(3.025)
Total.....	(52.651)	(55.344)	3	3	(52.648)	(55.341)

19.2 Consolidado

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.340)	(3.430)	-	-	(2.340)	(3.430)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.138)	(1.254)	-	-	(1.138)	(1.254)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(2.046)	(3.340)	-	-	(2.046)	(3.340)
Pessoal.....	(25.877)	(23.288)	-	-	(25.877)	(23.288)
Material.....	(880)	(848)	-	-	(880)	(848)
Serviço de terceiros.....	(13.864)	(15.118)	-	-	(13.864)	(15.118)
Depreciação e amortização.....	(1.090)	(1.159)	-	-	(1.090)	(1.159)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	392	(4.409)	-	-	392	(4.409)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(656)	(937)	-	-	(656)	(937)
Previdência Privada.....	(3.498)	(1.075)	-	-	(3.498)	(1.075)
Outras.....	(3.844)	(3.169)	3	3	(3.841)	(3.166)
Total.....	(54.841)	(58.027)	3	3	(54.838)	(58.024)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.17	31.03.16	31.03.17	31.03.16
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	2.234	1.390	2.499	1.652
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga.....	5.668	6.130	5.668	6.130
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	7	23	7	23
Outras.....	239	5	312	23
	<u>8.148</u>	<u>7.548</u>	<u>8.486</u>	<u>7.828</u>
Despesas				
Juros	-	-	(2.051)	(2.192)
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(4)	(85)	(4)	(85)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(59)	(43)	(59)	(43)
Juros sobre RGR.....	(203)	(203)	(203)	(203)
Outras.....	-	-	(25)	(5)
	<u>(266)</u>	<u>(331)</u>	<u>(2.342)</u>	<u>(2.528)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	8.615	19.272	8.615	19.272
Outras variações monetárias	25	109	25	109
	<u>8.640</u>	<u>19.381</u>	<u>8.640</u>	<u>19.381</u>
	<u>16.522</u>	<u>26.598</u>	<u>14.784</u>	<u>24.681</u>

21. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (a).....	06/04/2017	06/04/2018	15.000	305
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b).....	05/11/2016	05/11/2017	15.000	58
			<u>30.000</u>	<u>363</u>

(a) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;

(b) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	31.03.17	31.12.16	31.03.17	31.12.16	
Caixa e equivalentes de caixa.....	63.063	75.162	71.319	80.279	Empréstimos e recebíveis
Revendedores.....	21.032	25.192	24.642	29.211	Empréstimos e recebíveis
Consumidores.....	4.223	4.191	4.223	4.191	Empréstimos e recebíveis
Serviços - Canal Pinheiros.....	3.168	1.774	3.168	1.774	Empréstimos e recebíveis
Alienação de bens e direitos.....	227	263	227	263	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento UTE Piratininga.....	490.681	476.398	490.681	476.398	Empréstimos e recebíveis
Outros créditos.....	8.133	8.772	8.663	9.452	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	22.347	22.698	25.972	26.178	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável.....	46.928	46.386	46.928	46.386	Empréstimos e recebíveis
Ativo reversível da concessão.....	275.273	275.273	275.273	275.273	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores.....	5.531	4.880	5.807	5.084	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	16.010	16.010	16.010	16.010	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos.....	-	-	90.374	91.725	Passivo financeiro pelo custo amortizado

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas, com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada através contratos firmados no ambiente de contratação regulada. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

(a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016, a Companhia e sua controlada não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(a.2) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Em 31 de março de 2017, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 63.063 e 71.319, controladora e consolidado respectivamente (R\$ 75.162, controladora, e R\$ 80.279, consolidado, em 2016), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

No risco de crédito também são incluídos as seguintes contas a receber: • Serviços do canal do Rio Pinheiros (Nota 16.4); • Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 5); • Ativo financeiro indenizável (Nota 9); e • Ativo reversível da concessão (Nota 10).

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro e serviços do canal do Rio Pinheiros são avaliados como baixo pela Administração da Companhia, em virtude de não terem histórico e expectativa de perdas.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie, a Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto sujeitos à eventual glosa.

(a.3) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada não apresentavam saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(a.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e a disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 31 de março de 2017, com CDI overnight de 11,13% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.03.2017	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		11,13%	8,35%	5,57%
Controladora	63.063	7.019	5.266	3.513
Consolidado	71.319	7.938	5.955	3.972

I-CVM 475	Saldo 31.03.2017	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		11,13%	13,91%	16,70%
Controladora	63.063	7.019	8.772	10.532
Consolidado	71.319	7.938	9.920	11.910

A Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 31 de março de 2017, referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 7,00% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.03.2017	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP		8,90%	11,13%	13,35%
Liberado pelo BNDES	90.374	8.043	10.059	12.065

I-CVM 475	Saldo 31.03.2017	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP		8,90%	6,68%	4,45%
Liberado pelo BNDES	90.374	8.043	6.037	4.022

(a.5) Risco de liquidez

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	5.807	-	-	-	-	5.807
Empréstimos e financiamentos (BNDES).....	2.953	8.859	11.812	35.434	101.382	160.440
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	-	16.010	-	-	-	16.010
Total	8.760	24.869	11.812	35.434	101.382	182.257

(a.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômicos-financeiros e outros, veja maiores detalhes na nota explicativa nº 13.

(a.7) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. Em relação à PCH Pirapora, de propriedade da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, aderiu a repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100 conforme Nota 6 letra (f).

(a.8) Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário anualmente em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a RAG será ajustada pela indisponibilidade ou desempenho apurado durante o período medição (60 meses). A avaliação feita pela Companhia, com base nos dados disponíveis em 31 de dezembro de 2016, indica um ajuste positivo na próxima RAG.

Os preços de comercialização de energia elétrica da Controlada são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Em 21 de julho de 2016, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.107/2016, homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período 1º de julho de 2016 a 30 junho de 2017.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG (a)	Adicionais de investimentos (b)	Bens não reversíveis (5%) (c)	Desempenho	Encargos	Ajustes (d)	RAG
Henry Borden...	119.926	6.547	5.996	995	5.135	15.069	153.668
Porto Góes.....	4.189	155	209	293	573	534	5.953
Rasgão.....	3.443	429	172	-	446	492	4.982
	127.558	7.131	6.377	1.288	6.154	16.095	164.603

Fonte: REH 2107/2016 Nota técnica nº 232/2016

(a.9) Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e sua controlada .

(a.10) Risco de alteração na legislação tributária

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

23. EVENTO SUBSEQUENTE

Na Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2017 foi aprovado a destinação de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 15.922 na forma da Lei e do Estatuto Social , a ser distribuído até 30 de novembro de 2017, sendo para as ações Ordinárias o montante de R\$ 5.977 e para as Preferenciais R\$ 9.945.